

Direcção-Geral da Saúde  
[www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)



Ministério da Saúde

# **PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA ONDAS DE CALOR 2009**



**Maio 2009**



O Plano de Contingência para Ondas de Calor 2009 foi elaborado por:

José Robalo  
*Subdirector Geral da Saúde*

Paulo Diegues  
*Chefe de Divisão de Saúde Ambiental*

Leonor Batalha  
*Divisão de Saúde Ambiental*

Carla Selada  
*INFOTOX,Lda.*

Maio de 2009



## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. EFEITO DAS ONDAS DE CALOR NA SAÚDE .....</b>	<b>5</b>
<b>3. OBJECTIVOS .....</b>	<b>9</b>
<b>4. ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>10</b>
Coordenação Geral .....	11
Grupo de Acompanhamento Intersectorial .....	11
Grupo Operacional da Saúde .....	11
Grupo de Informação Ambiental .....	11
Grupos de Trabalho Regionais .....	12
Grupo de Crise.....	13
<b>5. SISTEMA DE PREVISÃO E ALERTA .....</b>	<b>14</b>
Níveis e Critérios de Alerta .....	14
Atribuições e Fluxos de Informação .....	14
<b>6. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>7. RESPOSTA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....</b>	<b>18</b>
<b>8. MONITORIZAÇÃO DO PCOC 2009.....</b>	<b>19</b>
Monitorização da Procura de Serviços de Urgência.....	19
Monitorização do Internamento.....	19
Monitorização da Procura do Serviço Saúde 24 .....	19
Monitorização das solicitações às Autoridade de Saúde .....	20
Monitorização da Procura dos Serviços do INEM .....	20
Monitorização dos Efeitos na Mortalidade .....	20
Monitorização das Medidas Tomadas.....	20
<b>9. DIVULGAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>10. INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO.....</b>	<b>23</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>24</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO I – CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DE NÍVEIS DE ALERTA .....</b>	<b>26</b>
<b>ANEXO II – NÍVEIS DE ALERTA E TIPO DE INTERVENÇÕES .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO III – CIRCULARES INFORMATIVAS.....</b>	<b>32</b>
<b>ANEXO IV - ATRIBUIÇÕES POR ORGANISMOS E SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE .....</b>	<b>33</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, a temperatura média da atmosfera à superfície aumentou aproximadamente 0,8°C à escala mundial, enquanto que na Europa atingiu os 0,95°C (EEA, 2008). Para o futuro, os modelos climáticos projectam um aquecimento adicional, alterações na precipitação e uma mudança na variabilidade climática, que agravará as consequências verificadas a nível social, ambiental e na saúde humana.

De acordo com um estudo recente da Agência Europeia do Ambiente sobre o impacto do aquecimento global, a Europa está a aquecer mais rapidamente do que a média global, criando condições propícias para que a região Mediterrânica se torne mais seca e o Norte mais húmido. Prevê-se também que a precipitação diminua no Sul da Europa e aumente no Norte e Noroeste.

De acordo com as projecções, as alterações climáticas globais levarão à intensificação de vários fenómenos climáticos extremos, como as ondas de calor, que serão mais intensas e frequentes, associados a Verões mais quentes e Invernos mais suaves.

A 4ª Conferência Ministerial Ambiente e Saúde (Budapeste, 2004), promovida pela Organização Mundial de Saúde, prestou particular atenção às alterações climáticas e reforçou a necessidade de que fossem adoptadas, pelos diferentes países, linhas de actuação com vista a redução da morbilidade e mortalidade que lhes estão associadas.

Actualmente, muitos países europeus, incluindo Portugal, têm implementado sistemas de vigilância e alerta, dos quais constam acções e medidas de prevenção para fazer face aos riscos para a saúde, associados aos fenómenos meteorológicos extremos.

A Organização Mundial de Saúde tem em curso, desde 2004, o Projecto *EuroHEAT*, cujo objectivo geral é melhorar as respostas de saúde pública a fenómenos climáticos extremos em geral e a ondas de calor em particular.

Em 2008, o Dia Mundial da Saúde, deu particular ênfase à protecção da saúde no que diz respeito aos efeitos resultantes das alterações climáticas, considerando-se que, um dos principais impactes está relacionado com a pressão que será exercida sobre os sistemas de saúde.



Decorrente da sua localização geográfica, prevê-se que Portugal seja um dos países europeus mais vulneráveis às alterações climáticas e aos fenómenos climáticos extremos. Estudos recentes sugerem que existe uma tendência clara para um aumento da temperatura e para um acréscimo do número de dias por ano com temperaturas elevadas. (*Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures* - SIAM)

A onda de calor verificada em 2003, ficou associada a um excesso de mortalidade de mais 1953 óbitos, 89% dos quais em indivíduos com idades iguais ou superiores a 75 anos de idade (Direcção Geral da Saúde, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge).

O Verão de 2006 foi o 5.º Verão mais quente de Portugal desde 1931, tendo-se registado 5 ondas de calor meteorológicas durante o período de 24 de Maio a 9 de Setembro (Instituto de Meteorologia).

Relativamente à precipitação, as projecções apontam para uma redução da precipitação durante a Primavera, Verão e Outono, mais evidente na região Sul do país, e para uma maior frequência de episódios de precipitação intensa.

As ondas de calor de 2003, 2005 e 2006, a seca de 2004 a 2005 (a mais severa dos últimos 65 anos), as inundações de Outubro e Novembro de 2006 (em que Outubro foi o mês mais chuvoso dos últimos 15 anos), revelam que Portugal tem sido, nos últimos anos, particularmente afectado por fenómenos climáticos extremos.

Períodos de seca prolongados associados ao aumento significativo do número de incêndios como resultado de maiores períodos com temperaturas elevadas, pode contribuir para o agravamento do risco de desertificação.

Estas alterações de frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremos constituem graves riscos para a saúde humana, com o potencial aumento do número de mortes associadas ao calor intenso, problemas de foro cardiorespiratório relacionados com a poluição atmosférica, doenças transmitidas através da água e dos alimentos, assim como, de vectores de agentes que provocam doenças.

Os efeitos das temperaturas elevadas e das ondas de calor dependem do nível de exposição (frequência, gravidade e duração), do tamanho da população exposta e de sensibilidade da



população. Desta forma, não é surpreendente que a relação entre a temperatura e os seus efeitos na saúde mostre alguma heterogeneidade entre populações e em função da sua localização geográfica. Por outro lado, alguns estudos indicam que a ocorrência de temperaturas extremas no início da época estival, está habitualmente associada a um maior número de mortes quando comparada com ocorrências mais tardias. De acordo com o Instituto de Meteorologia, Junho é o mês de Verão em que ocorrem ondas de calor com maior frequência em Portugal Continental.

Neste contexto, são necessárias medidas de adaptação pró-activas para que os impactes nos vários sectores da nossa sociedade sejam moderados. O Ministério da Saúde, através da DGS, tem implementado desde 2004, o Plano de Contingência para Ondas de Calor com o objectivo de minimizar os efeitos negativos do calor na saúde. O Plano de Contingência para Ondas de Calor pretende ser um instrumento estratégico, potenciando a coordenação interinstitucional entre os diferentes sectores da Administração Pública Central e seus serviços descentralizados, e com a Administração Local.

De facto, a gestão do risco para a saúde das populações associado às ondas de calor, constituindo um problema transversal à sociedade, obriga à mobilização não só das estruturas de Saúde mas também de todas as entidades com responsabilidade na protecção das populações, nomeadamente, o Instituto da Segurança Social e a Autoridade Nacional de Protecção Civil, os serviços desconcentrados e a Administração Local.

Em 2006, efectuou-se uma actualização dos procedimentos do Plano de Contingência para Ondas de Calor, por Despacho do Senhor Director-Geral da Saúde, particularmente no que se refere à avaliação e gestão do risco para a saúde das populações, atribuindo esta responsabilidade às Entidades Competentes de Saúde, a nível regional e local, dado o conhecimento que estas têm das especificidades locais, designadamente geodemográficas e ao nível da gestão de recursos. Compete a essas Autoridades de Saúde coordenar e desencadear as medidas entendidas como necessárias em cada momento.

Desta forma, a implementação do Plano de Contingência para Ondas de Calor tem sido um processo dinâmico, pois tem vindo a ser adaptado progressivamente em função das necessidades encontradas, de forma a melhorar a sua eficácia no cumprimento dos seus objectivos.



O Plano de Contingência para Ondas de Calor 2009, contempla uma estratégia de maximização de recursos, tendo sempre presente o seu uso eficiente, uma estratégia de prevenção, porque é mais oneroso curar doentes do que promover a saúde e prevenir a doença, uma estratégia de articulação entre os diversos parceiros atrás mencionados, reforçando a articulação interministerial/intersectorial, e uma estratégia de participação comunitária, já que as populações devem também estar comprometidas neste processo de protecção da saúde.

O Plano de Contingência para Ondas de Calor 2009 é, assim, um instrumento estratégico, que tem como objectivo promover a protecção da saúde das populações contra os efeitos negativos das ondas de calor. Para tal, este Plano baseia-se num sistema de previsão, alerta e resposta apropriada, sendo activado no período compreendido entre 15 de Maio e 30 de Setembro de 2009.

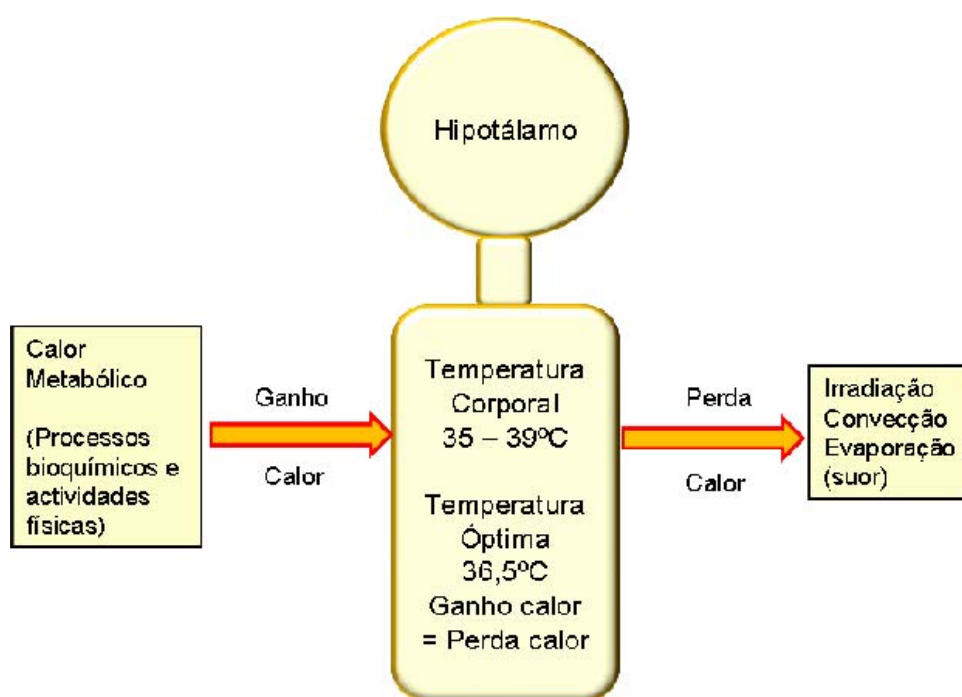




## 2. EFEITO DAS ONDAS DE CALOR NA SAÚDE

A temperatura corporal é constantemente regulada dentro de um intervalo relativamente estreito ( $35^{\circ}\text{C} - 39^{\circ}\text{C}$ ), para que a função fisiológica considerada óptima seja preservada. Durante períodos de temperaturas atmosféricas moderadas, a normal temperatura interior do corpo humano (cerca de  $36,5^{\circ}\text{C}$ ) é mantida pelo hipotálamo e balanceada através de iguais taxas de ganho e de perda de calor pelo corpo.

A principal fonte de ganho de calor é o próprio calor interno do corpo, denominado calor metabólico, que é produzido dentro do corpo pelos processos bioquímicos que nos mantêm vivos e pela energia que utilizamos na actividade física. O corpo humano troca calor com o exterior principalmente através dos processos de irradiação, de convecção e de evaporação do suor (Figura 1).



**Figura 1** – Principais formas de transferência de calor entre o corpo humano e o ambiente

Uma exposição excessiva ao calor constitui um factor de *stress* para o organismo, particularmente para o sistema cardiovascular.





Enquanto a temperatura da pele for maior que a do ambiente haverá perda de calor por irradiação e por condução. Quando as condições ambientais dominam os mecanismos de dissipação de calor do corpo, a temperatura corporal interior aumenta.

Neste caso, quando o ganho de calor é superior à perda de calor, a temperatura interior do corpo aumenta para além daquela considerada normal, e em situações extremas pode atingir níveis altamente perigosos ( $>40^{\circ}\text{C}$ ).

Variações, normalmente de menos de  $1^{\circ}\text{C}$ , ocorrem com a altura do dia, o nível de actividade física ou o estado emocional. Uma mudança da temperatura corporal que exceda  $1^{\circ}\text{C}$  ocorre apenas durante um estado de doença ou quando as condições ambientais ultrapassam a capacidade do corpo para lidar com temperaturas extremas.

Um aumento de menos de  $1^{\circ}\text{C}$  é imediatamente detectado pelos termoreceptores disseminados através da pele, tecidos e órgãos profundos. Os termoreceptores transmitem a informação ao centro termoregulador do hipotálamo que desencadeia duas respostas poderosas com o intuito de aumentar a dissipação do calor.

Os dois mecanismos fisiológicos básicos através dos quais o corpo humano dissipa o excesso de calor são: 1) aumento do fluxo sanguíneo na pele, que permite que o calor seja movido por convecção do interior do corpo para a pele, e 2) segregação de suor para a superfície da pele para subsequente evaporação.

Quando a temperatura exterior é superior à temperatura da pele, o único mecanismo de libertação de calor disponível é através da evaporação do suor.

A perda de calor através destes dois mecanismos aumenta em proporção com a taxa de produção de calor e normalmente aumenta o suficiente para balancear a produção de calor metabólico.

No entanto, qualquer factor que impeça a evaporação, como humidade elevada, reduzida passagem do ar (roupas apertadas, ausência de brisa), irão levar ao aumento da temperatura corporal e culminar em insolações ou agravar as condições clínicas crónicas em indivíduos mais vulneráveis.



Um aspecto determinante da capacidade de arrefecimento do corpo por evaporação é o gradiente de humidade entre a pele e o ar. Quando existe suor à superfície da pele (humidade relativa de 100%) e, se a humidade do ambiente for baixa (humidade relativa de 20%), observa-se uma taxa relativamente alta de arrefecimento do corpo por evaporação. Neste caso, o indivíduo suportará temperaturas atmosféricas de cerca de 54,4°C.

Em contraste, uma humidade relativa do ar elevada (80%) reduz a taxa de evaporação do suor limitando significativamente a capacidade de arrefecimento do corpo. Nesta situação, a temperatura corporal vai aumentar sempre que a temperatura ambiente ultrapassar cerca de 34,4°C, provocando desidratação.

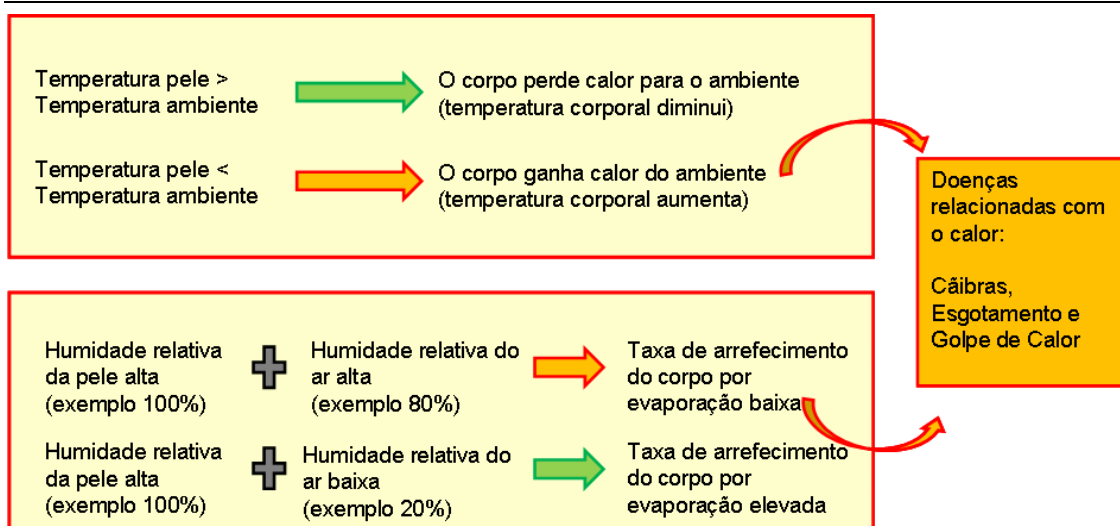
Em Portugal, a primeira situação, decorrente da humidade ocorre nas regiões do interior, enquanto que a segunda ocorre predominantemente nas regiões do litoral.

Se a pessoa estiver a realizar algum esforço físico intenso, o nível crítico da temperatura ambiente pode ser de apenas 29,5°C a 32,2°C.

Quando a temperatura do ar e os níveis de humidade ultrapassam o intervalo óptimo de conforto, podem começar a surgir problemas. Os primeiros efeitos são subjectivos na sua natureza e relacionam-se com a alteração da sensação de bem-estar, dando ao indivíduo a sensação psíquica de estar sobreaquecido. Consequentemente, o indivíduo faz adaptações ambientais apropriadas para restabelecer a sua sensação de conforto – ingere água, procura uma sala climatizada, muda o vestuário, entre outros.

Há que ter em conta um outro processo fisiológico normal, a aclimação, que consiste no desenvolvimento de uma maior tolerância às condições de aumento de temperatura e de humidade, quando existe uma exposição progressiva por um período de 1 a 3 semanas.

Contudo, a exposição a temperaturas e humidade elevadas, particularmente durante vários dias consecutivos, pode causar doenças relacionadas com o calor, como as câibras, esgotamento e golpes de calor (Figura 2).



**Figura 2** – Condições que levam à ocorrência de doenças relacionadas com o calor

A ingestão de líquidos é a principal forma de prevenir os efeitos adversos resultantes da exposição ao calor intenso, sendo fundamental mesmo quando o indivíduo ainda não manifesta sinais de sede.

Neste contexto, e de forma a minimizar os efeitos das temperaturas extremas na saúde, a Divisão de Saúde Ambiental da DGS promoveu a elaboração de Circulares Informativas sobre diversos aspectos relacionados com as ondas de calor e seus efeitos na saúde, que estão disponibilizadas na área “Especial Verão” no sítio [www.dgs.pt](http://www.dgs.pt).



### 3. OBJECTIVOS

O presente Plano tem como **objectivo geral** minimizar os efeitos negativos do calor intenso na saúde das populações, através da disponibilização de toda a informação pertinente às entidades competentes da saúde, que lhes permitam uma eficaz avaliação do risco e o desenvolvimento de respostas apropriadas.

O presente plano tem como **objectivos específicos**:

- Potenciar a coordenação interinstitucional;
- Melhorar o sistema de previsão, alerta e resposta;
- Definir orientações/recomendações de intervenção;
- Reforçar a informação à população em geral e aos grupos mais vulneráveis em particular, sobre medidas e procedimentos a adoptar em situação de calor intenso.

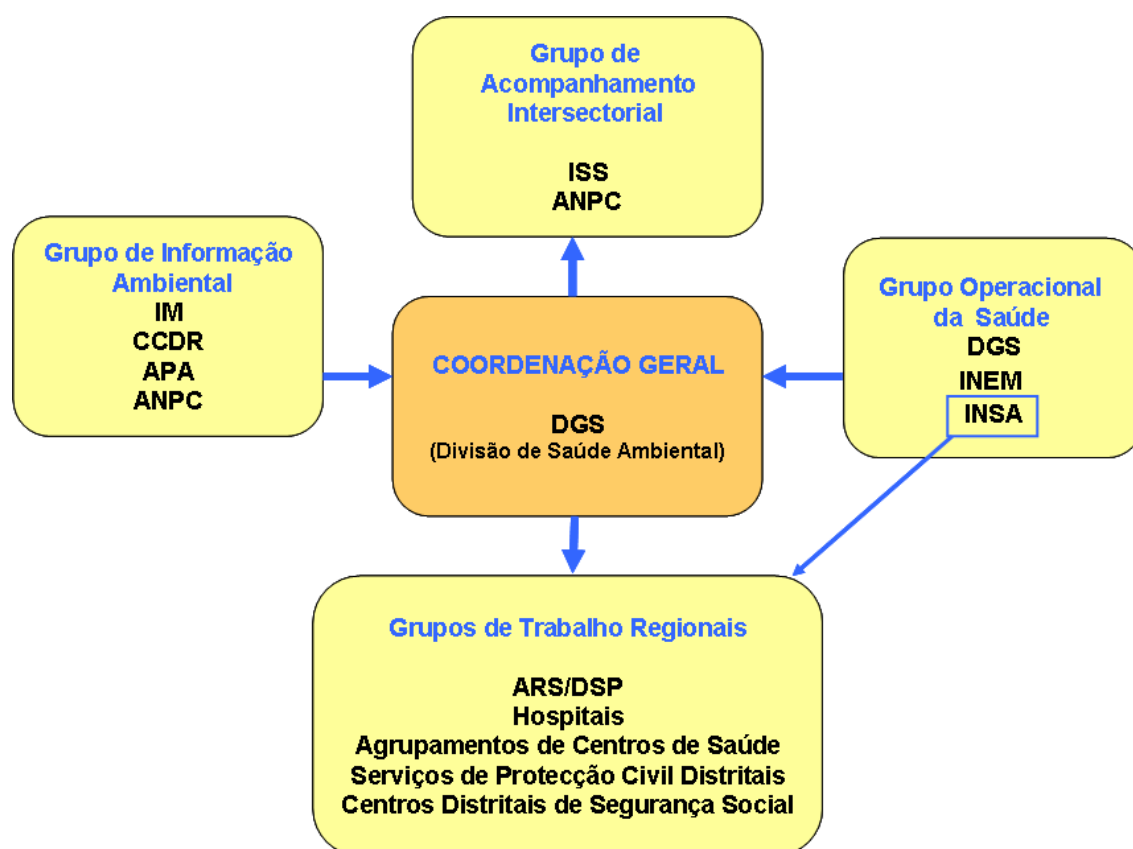


#### 4. ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para a execução do Plano de Contingência para Ondas de Calor, os recursos financeiros são os que decorrem das dotações anuais previstas na Lei do Orçamento do Estado das entidades intervenientes.

No que se refere aos recursos humanos e organizacionais, para a concretização das acções incluídas no Plano de Contingência para Ondas de Calor é necessária uma articulação de esforços por parte de todos os intervenientes, de forma a corresponder aos necessários padrões de eficiência, sendo que a sua operacionalização requer uma estrutura que rentabilize esforços, desenvolvendo e reforçando parcerias.

A organização e articulação institucional do Plano de Contingência para Ondas de Calor podem ser esquematizadas de acordo com a figura seguinte.



**Figura 3** – Organização e articulação institucional



## **Coordenação Geral**

A coordenação do Plano de Contingência para Ondas de Calor é efectuada pela Direcção-Geral da Saúde, através da Divisão de Saúde Ambiental.

Tem por funções coordenar, supervisionar e avaliar a execução, a nível nacional, do Plano de Contingência para Ondas de Calor durante o período da sua vigência.

## **Grupo de Acompanhamento Intersectorial**

O Grupo de Acompanhamento Intersectorial é constituído pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e pelo Instituto da Segurança Social, I.P.

Tem como funções acompanhar o decorrer do Plano de Contingência e promover a divulgação das recomendações e medidas adoptadas, junto dos serviços que superintendem. Estas entidades desempenham um papel fundamental de coordenação numa eventual situação de crise.

## **Grupo Operacional da Saúde**

O Grupo Operacional da Saúde é constituído por elementos da Direcção-Geral da Saúde, um representante do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e um representante do Instituto Nacional de Saúde/Departamento de Epidemiologia (INSA/DEP). Da Direcção-Geral da Saúde fazem parte a Direcção de Serviços de Epidemiologia e de Estatísticas de Saúde, a Unidade de Apoio às Emergências em Saúde Pública, o Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (Saúde 24) e a Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional.

## **Grupo de Informação Ambiental**

O Grupo de Informação Ambiental é constituído pelo Instituto de Meteorologia (que presta informação relativa às temperaturas extremas e sobre os níveis de radiação ultra-violeta), pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (que prestam informação sobre os níveis de ozono), pela Agência Portuguesa de Ambiente (que presta



informação sobre a qualidade do ar) e pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (que presta informação sobre incêndios activos).

### **Grupos de Trabalho Regionais**

As Administrações Regionais de Saúde têm a responsabilidade de elaborar o respectivo Plano de Contingência Regional e de constituir o Grupo de Trabalho Regional, o qual coordenam.

Fazem parte de cada Grupo de Trabalho Regional, o Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde respectiva e os responsáveis das unidades de saúde da área de influência (nomeadamente hospitais e agrupamentos de centros de saúde). Deve ser prevista a articulação interinstitucional com as estruturas distritais de protecção civil e da segurança social. Deve ainda ser prevista a colaboração com outras entidades, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social, paróquias, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Bombeiros, Cruz Vermelha, PSP, GNR, etc.

Complementarmente as Autoridade de Saúde poderão, ainda, promover ensaios de simulacro a nível Local, Regional e Central.

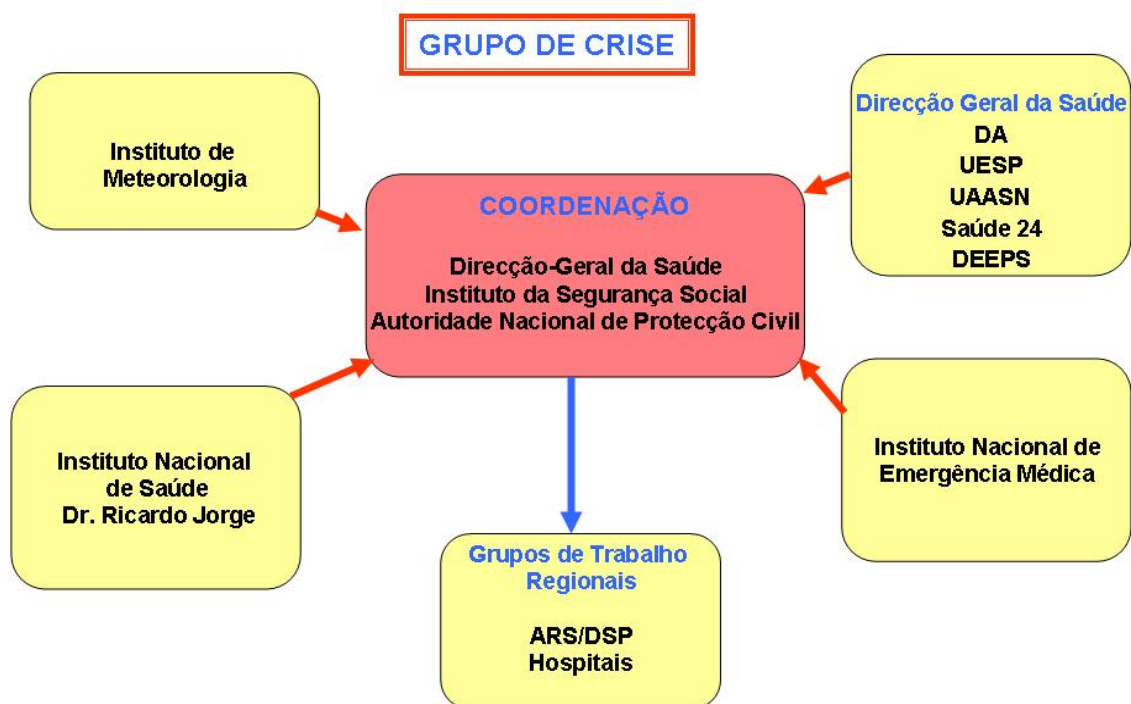




## Grupo de Crise

Sempre que a situação o justifique a Autoridade Nacional de Saúde activa e coordena o Grupo de Crise, o qual é constituído por:

- Direcção-Geral da Saúde;
- Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Instituto de Segurança Social, I.P.;
- Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge;
- Instituto Nacional de Emergência Médica;
- Instituto de Meteorologia, I.P.;
- Administrações Regionais de Saúde.



**Figura 4** – Organização e articulação institucional em situação de crise



## 5. SISTEMA DE PREVISÃO E ALERTA

### Níveis e Critérios de Alerta

O sistema de previsão e alerta funciona durante o período em que o Plano de Contingência para Ondas de Calor 2009 se encontra activado, de 15 de Maio a 30 de Setembro.

Os Grupos de Trabalho Regionais, coordenados pelas Administrações Regionais de Saúde/Departamento de Saúde Pública, são responsáveis pela avaliação diária do risco ao nível distrital, efectuada com base na informação disponibilizada pela Divisão de Saúde Ambiental.

São definidos **3 níveis de alerta: verde, amarelo e vermelho.**

Para estabelecimento destes níveis de alerta, a DGS desenvolveu alguns critérios, de carácter genérico, que apresenta no Anexo I neste documento. Do mesmo modo, a DGS sugere tipos de intervenções possíveis, em função do nível de alerta, constantes no Anexo II.

Os critérios propostos deverão ser utilizados pelos Grupos de Trabalho Regionais e adaptados consoante as características de cada região, sem prejuízo da avaliação de outra informação considerada pertinente a nível regional e/ou local. Os Grupos de Trabalho Regionais devem incluir, de uma forma objectiva, no respectivo Plano de Contingência Regional, os critérios utilizados para a definição dos níveis de alerta, assim como, as medidas de actuação respectivas.

### Atribuições e Fluxos de Informação

A Direcção-Geral da Saúde, através da Divisão de Saúde Ambiental, disponibiliza diariamente a informação de base, fornecida pelo Grupo de Informação Ambiental, necessária à avaliação do risco por parte dos Grupos de Trabalho Regionais, através do formulário electrónico existente na área reservada do sítio da DGS e via e-mail. É ainda disponibilizada diariamente, pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, a informação relativa ao Índice Ícaro.



Na sequência dessa informação, cada Grupo de Trabalho Regional efectua a definição dos níveis de alerta distritais para o dia seguinte, os quais devem ser comunicados à Divisão de Saúde Ambiental até às 16 horas<sup>1</sup> do próprio dia.

A Divisão de Saúde Ambiental, após recepção do conjunto dos níveis de alerta distritais, activa a informação no sítio da DGS na área ‘Especial Verão’.

Em caso de alerta de nível ‘amarelo’ ou ‘vermelho’ compete ao Grupo de Trabalho Regional dar conhecimento aos Centros de Saúde, aos Hospitais, às Autarquias, e demais entidades, e activar as medidas consideradas necessárias, em conformidade com o respectivo Plano de Contingência.

Semanalmente, cada entidade representada no Grupo Operacional da Saúde reúne a informação que lhe compete e envia à Divisão de Saúde Ambiental na segunda-feira seguinte.

Com base na informação disponibilizada, a Divisão de Saúde Ambiental elabora um relatório de avaliação das ocorrências verificadas. Desse relatório semanal é realizado um comunicado de imprensa disponibilizado no sítio da DGS.

Cada Grupo de Trabalho Regional deve elaborar mensalmente um relatório que inclua todas as ocorrências relacionadas com potenciais efeitos do calor, assim como, os níveis de alerta definidos nesse período e as respectivas medidas tomadas, e proceder ao seu envio à Divisão de Saúde Ambiental, até ao final da primeira semana do mês seguinte.

Do conjunto da informação reunida é elaborado um relatório mensal do qual é dado conhecimento à Senhora Ministra da Saúde e às Administrações Regionais de Saúde.

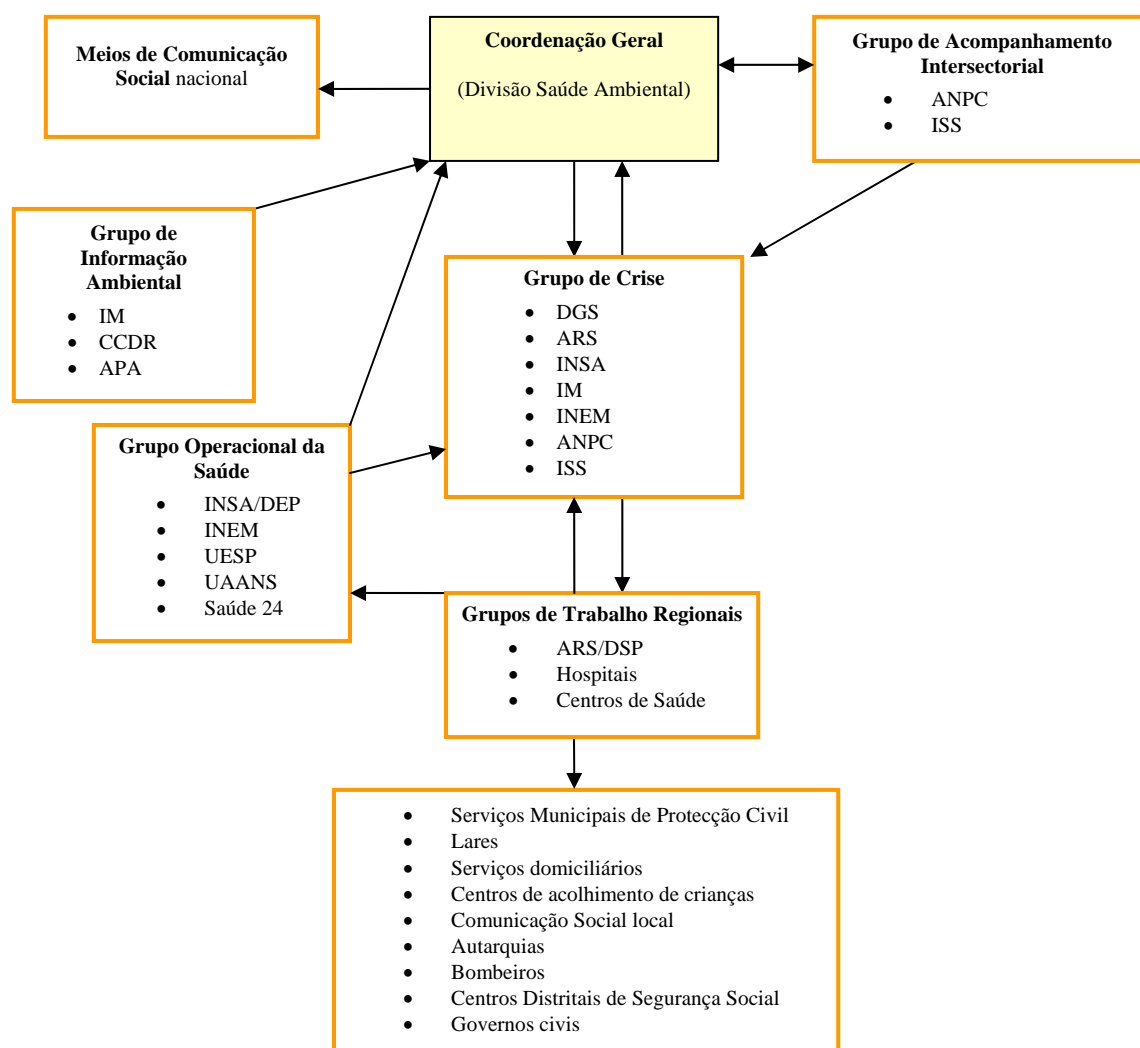
Complementarmente, sempre que se justifique, a Divisão de Saúde Ambiental participa por videoconferência, no Briefing Técnico Operacional realizado no Comando Nacional de Operações de Socorro, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, com o Instituto de Meteorologia.

---

<sup>1</sup> A comunicação à DGS deve ser efectuada diariamente qualquer que seja o nível de alerta definido (verde, amarelo ou vermelho).



No final da vigência do Plano, a Divisão de Saúde Ambiental elabora um relatório final de avaliação da execução do Plano de Contingência para Ondas de Calor para posterior envio à Senhora Ministra da Saúde, até final de Dezembro. Para o efeito, as entidades que compõem o Grupo Operacional da Saúde e os Grupos de Trabalho Regionais devem enviar os respectivos relatórios finais até final de Outubro.



**Figura 5** – Fluxos de Informação



## 6. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A informação para a população em geral é divulgada através de:

- Sítio da DGS ([www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)), com informação actualizada diariamente, apresentando para tal efeito, um mapa com os alertas distritais à população. É ainda disponibilizada informação na área “Especial Verão”;
- Articulação com os meios de comunicação social, a qual constitui um elemento fundamental na divulgação da informação à população;
- Serviço Saúde 24 (808 24 24 24) para um atendimento mais personalizado.

A comunicação entre a DGS e os Serviços de Saúde é efectuada através da área reservada do sítio da DGS, fax, telemóveis ou através do endereço electrónico [pcoc2009@dgs.pt](mailto:pcoc2009@dgs.pt).

As ocorrências relacionadas com os efeitos do calor na saúde das populações, identificadas pelas Autarquias e respectivos Serviços Municipais, Governos Cívicos, Centros Distritais da Segurança Social, ou pela população em geral podem ser reportadas directamente à DGS através do endereço de e-mail [calor@dgs.pt](mailto:calor@dgs.pt).



## 7. RESPOSTA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

As Administrações Regionais de Saúde, através dos Grupos de Trabalho Regionais, são as responsáveis pela elaboração e implementação do Plano de Contingência para Ondas de Calor a nível regional, distrital e local. Cabe-lhes a operacionalização do Plano, a identificação dos grupos de população mais vulnerável e a identificação e caracterização de potenciais locais de abrigo.

Os Planos de Contingência Regionais devem estar enquadrados pelas orientações específicas do Plano nacional, assim como pelas circulares normativas e informativas complementares elaboradas pela DGS.

Os Planos de Contingência Regionais devem ser enviados para conhecimento, à Direcção-Geral da Saúde, até final de Maio.

À semelhança dos anos transactos, os Planos de Contingência Regionais devem prever um conjunto de medidas gerais e específicas de actuação, e os Hospitais e Agrupamentos de Centros de Saúde devem assegurar a elaboração de Planos de Contingência Específicos.

Os elementos base dos Planos de Contingência Específicos devem ser objecto de registo na área reservada do sítio da DGS, em formulário próprio. No final do período de vigência do Plano, as autoridades de saúde devem aceder de novo à área reservada, preenchendo o formulário de avaliação do respectivo Plano de Contingência Específico.

Quando se verificarem situações especiais, como sejam os eventos com grande concentração de pessoas, frequentes neste período, nomeadamente, eventos desportivos, concertos, romarias e procissões, os serviços de saúde devem assegurar medidas adequadas.

Quando houver activação de locais de abrigo, a sua localização deve ser de imediato comunicada à coordenação nacional do Plano, através da Divisão de Saúde Ambiental.





## **8. MONITORIZAÇÃO DO PCOC 2009**

A monitorização do Plano de Contingência para Ondas de Calor 2009 será efectuada com base nos seguintes aspectos: procura de serviços de urgência, de internamento, ocorrências registadas pelas autoridades de saúde, procura do Serviço Saúde 24 e do Instituto Nacional de Emergência Médica, efeitos na mortalidade e das medidas de actuação tomadas no âmbito da implementação do Plano.

### **Monitorização da Procura de Serviços de Urgência**

A monitorização da procura dos serviços de urgência é efectuada em articulação com os Hospitais e os Agrupamentos de Centros de Saúde, através das aplicações informáticas SINUS e SONHO.

A Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública informa sobre ocorrências de casos de procura de serviços de urgência relacionados com o calor, particularmente no que diz respeito aos grupos etários mais vulneráveis.

### **Monitorização do Internamento**

A monitorização da procura do internamento é efectuada em articulação com os Hospitais e os Agrupamentos de Centros de Saúde, através das aplicações informáticas SINUS e SONHO.

A Unidade de Apoio às Emergências de Saúde Pública informa sobre ocorrências de casos de internamento, através dos serviços de urgência, particularmente no que diz respeito aos grupos etários mais vulneráveis. A DGS deve aferir estes dados logo que os Grupos de Diagnóstico Homogéneo estejam disponíveis.

### **Monitorização da Procura do Serviço Saúde 24**

O Serviço Saúde 24 activa o *módulo de Verão* durante o período de 15 de Maio a 30 de Setembro. São criados mecanismos de fluidez de informação entre a DGS e os Agentes de Linha, accionando-se os procedimentos que facilitem o acesso à Internet e ao e-mail profissional de cada Agente de Linha.





## **Monitorização das solicitações à Autoridade de Saúde**

As autoridades de saúde regionais e locais tem como missão acompanhar de perto diversas situações relacionadas com a saúde pública em geral. No período estival podem ocorrer diversas situações relacionadas com os efeitos do calor, as quais devem ser reportadas para a Autoridade Nacional de Saúde, através da Unidade de Apoio respectiva usando os circuitos habituais.

## **Monitorização da Procura dos Serviços do INEM**

O Instituto Nacional de Emergência Médica é responsável por garantir o socorro imediato a pessoas em situação de emergência e garantir o seu transporte para a unidade de saúde de referência. Deve disponibilizar à DGS o número diário de chamadas na procura dos seus serviços por Centro de Orientação de Doentes Urgentes.

## **Monitorização dos Efeitos na Mortalidade**

A monitorização da evolução diária da mortalidade associada a ondas de calor é assegurada pelo Departamento de Epidemiologia do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, através do sistema de Vigilância da Mortalidade Diária e da definição do Índice Icaro.

O Departamento de Epidemiologia e de Estatísticas de Saúde deve acompanhar a evolução da informação sobre a mortalidade.

As Administrações Regionais de Saúde, através dos Grupos de Trabalho Regionais, devem disponibilizar informação sobre a ocorrência de casos de óbito directamente relacionados com o calor à Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional.

## **Monitorização das Medidas Tomadas**

A monitorização das medidas tomadas tem por base a informação de retorno, comunicada através da área reservada do sítio, e-mail ([pcoc2009@dgs.pt](mailto:pcoc2009@dgs.pt)) e outros meios de comunicação que se considerem oportunos.



## 9. DIVULGAÇÃO

A DGS elabora Circulares Informativas (ver Anexo IV) com recomendações gerais sobre os efeitos do calor intenso na saúde e com recomendações específicas tendo em atenção grupos mais vulneráveis ou com características particulares.

Foram elaboradas duas circulares gerais, uma para a população em geral e outra sobre as características do vestuário apropriado para períodos de temperaturas elevadas. Encontram-se também disponíveis circulares relativas a crianças, idosos, pessoas sem abrigo, trabalhadores ao ar livre, turistas, insuficientes renais, grávidas, e desportistas.

Estas Circulares são da iniciativa da coordenação geral do Plano nacional e revistas tecnicamente por peritos nas diversas matérias, designadamente Pediatras, Geriatrias, especialistas em Medicina Geral e Familiar, Saúde Pública e Saúde Ambiental.

A divulgação de informação ao público em geral e aos grupos mais vulneráveis, deve ser promovida, por cada região, no início da implementação do Plano de Contingência para Ondas de Calor e continuamente ao longo do período de vigência do Plano.

Assim, as Administrações Regionais de Saúde, através dos respectivos Departamentos de Saúde Pública, devem promover acções de sensibilização aos profissionais de saúde, aos profissionais prestadores de cuidados a grupos mais vulneráveis e demais interessados.

A informação produzida é disponibilizada através da Internet no sítio da DGS e das diversas Regiões de Saúde, podendo ser facultada através de folhetos de divulgação.

Para efeitos de divulgação ao público em geral está ainda prevista a elaboração semanal de comunicados de imprensa, sobre a evolução das condições ambientais e das ocorrências relacionadas com o calor.

Em situação de alerta de nível amarelo ou vermelho é colocada informação em destaque no sítio da DGS e activado em *'pop-up'* o mapa do país com os níveis de alerta distritais.

Caso se justifique o Grupo de Crise, se activado, poderá decidir sobre outros meios de divulgação.



## 10. INVESTIGAÇÃO

A investigação relacionada com os efeitos das ondas de calor na saúde é fundamental como instrumento de apoio à elaboração de estratégias e planos de intervenção, assim como à colmatação de lacunas no conhecimento e consolidação deste.

Consideram-se prioritários os projectos de colaboração interinstitucional a nível nacional e internacional, designadamente os de colaboração com a Organização Mundial de Saúde, de forma a integrar os melhores conhecimentos disponíveis sobre os efeitos das ondas de calor na saúde humana.

Foi adjudicado pela DGS a uma empresa da especialidade o “Estudo sobre o Impacte na Saúde de Fenómenos Climáticos Extremos”. Como nos últimos anos não se têm verificado condições para a definição de onda de calor meteorológica, não foi, ainda, possível completar o referido estudo.



## 11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO

A avaliação do Plano de Contingência para Ondas de Calor 2009 será efectuada através de um Relatório de Avaliação de Execução tendo em conta a perspectiva regional e a perspectiva nacional.

A **perspectiva regional** será efectuada com base nos relatórios mensais e no relatório geral, elaborados por cada Grupo de Trabalho Regional. O Relatório Final de cada Região de Saúde deve ser enviado à DGS até final do mês de Outubro.

A **perspectiva nacional** será efectuada mediante a análise dos relatórios mensais e tendo em conta as medidas implementadas ao longo do Plano, através dos seguintes indicadores:

- identificação das ondas de calor;
- caracterização das ocorrências nas ondas de calor;
- caracterização da procura do Serviço Saúde 24;
- análise da procura dos serviços de urgência;
- análise da procura dos serviços do INEM;
- avaliação das medidas tomadas, nomeadamente, através da informação de retorno;
- análise da morbilidade observada, através de um processo de investigação que permita estabelecer as relações de causalidade entre as ondas de calor e os efeitos na saúde;
- análise da relação mortalidade registada e esperada.

O **relatório final de avaliação da execução** do Plano de Contingência para Ondas de Calor 2009 é da responsabilidade da coordenação geral, através da Divisão de Saúde Ambiental, com o contributo de todos os intervenientes neste processo.

Deste relatório será dado conhecimento à Senhora Ministra da Saúde até final de Dezembro.



## BIBLIOGRAFIA

- A.J. McMichael, D. H.Campbell-Lendrum, C.F.Corvalan, K.L.Ebi, A. Githeko, J.D. Scheraga, A. Woodward, Editors – Climate Change and Human Health. Risks and Responses. OMS, Geneve 2003.
- B. Menne, Kristie L. Ebi (Editors) – Climate Change and Adaptation Strategies for Human Health. OMS, 2006.
- B. Menne, Kristie L. Ebi, Kovats S. – Methods of assessing human health vulnerability and public health adaptation to climate change. OMS. Rome. 2003.
- Estudo da utilização de cuidados de urgência. INSA/ONSA., Lisboa, 2003.
- Guyton & Hall – Tratado de Fisiologia Médica. Editora Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro, 2002.
- Heat-waves: Risks and Responses. OMS, 2004.
- Hot Environments – Health Effects. Canadian Centre for Occupational Health and Safety. 2008.
- Impact sanitaire de la vague de chaleur d'août 2003 en France. Bilan et Perspectives. Institut de Veille Sanitaire, France, 2003.
- Mission d'expertise et d'évaluation du système de santé pendant da canicule 2003. Ministère de la Santé et de la Protection Sociale, France, 2003.
- Paul R. Epstein and Evan Mills – Climate Change Futures – Health, ecological and economic dimensions. The Center for Health and the Global Environment. Harvard Medical School. 2005.
- Research Digest Series 8, number 2. President's Council on Physical Fitness and Sports. 2007.
- Santos, F. D.; Forbes, K.; Moita, R. (editors) – Climate Change in Portugal. Scenarios, Impacts and Adaptation Measures – SIAM I Project. Gradiva, Lisboa, 2002.
- Santos, F. D.; Miranda, P. (Editores) – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projecto SIAM II. Gradiva, Lisboa, 2006.
- The health impacts of 2003 summer heat-waves. OMS, 2003.
- W. Kirch, B. Menne e R. Bertollini (Editors) – Extreme Weather Events and Public Health Responses. OMS, Rome, 2005.



## ANEXOS



## ANEXO I – CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DE NÍVEIS DE ALERTA

De acordo com o Instituto de Meteorologia, considera-se estar perante uma Onda de Calor (definição climatológica) quando, no intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5°C ao respectivo valor médio diário da temperatura máxima no período de referência (1961-1990).

É de realçar, no entanto, que esta definição está mais relacionada com o estudo e a análise da variabilidade climática do que com os impactos na saúde pública.

No que respeita aos efeitos das ondas de calor na saúde, a DGS estabeleceu alguns critérios genéricos que permitem a definição dos níveis de alerta. De referir que, os critérios aqui enunciados constituem somente orientações genéricas, devendo os Grupos de Trabalho Regionais desenvolver critérios próprios, com base nas especificidades geodemográficas locais.

Propõem-se como **critérios de passagem de alerta verde para alerta amarelo** os seguintes:

### CRITÉRIO 1 – Índice Ícaro

Índice Ícaro entre 0,31 e 0,93, traduzindo um efeito provável sobre a mortalidade e entre 0,93 e 1,55, traduzindo possível alerta de onda de calor.

Em síntese:

Critério	Significado		Aplicação
Índice Ícaro	0,31 - 0,93	Efeito provável sobre a mortalidade	O maior valor de entre os três valores regionais (D-1; D; D+1)
	0,93 - 1,55	Alerta de onda de calor	

### CRITÉRIO 2 – Temperaturas máximas

O alerta amarelo será activado ao fim de três dias de temperaturas máximas observadas e de dois dias com previsões de temperaturas iguais ou superiores a 32°C, para os meses de Maio e Junho.

Para os restantes meses, consideram-se três dias de temperaturas máximas observadas iguais ou superiores a 32°C e inferiores a 35°C e dois dias de temperaturas previstas





superiores a 32°C para todas as regiões, excepto o Alentejo. Para o Alentejo, são considerados três dias de temperaturas máximas observadas e dois dias de temperaturas previstas iguais ou superiores a 35°C e inferiores a 38°C.

Em síntese:

Período	Temperaturas Máximas por região	Aplicação
Maio - Junho	$\geq 32^{\circ}\text{C}$ e $< 35^{\circ}\text{C}$ (todas as regiões)	3 dias temperaturas observadas + 2 dias temperaturas previstas
Julho, Agosto e Setembro	$\geq 32^{\circ}\text{C}$ e $< 35^{\circ}\text{C}$ (excepto Alentejo) $\geq 35^{\circ}\text{C}$ e $< 38^{\circ}\text{C}$ (Alentejo)	

Em caso de falta de informação da temperatura máxima observada de um ou dois dias, limitando a aplicação deste critério, pode ser considerada a possibilidade da sua conjugação com o critério 4 (temperaturas mínimas).

### CRITÉRIO 3 - Subida brusca da temperatura igual ou superior a 6°C

Após uma subida brusca da temperatura máxima igual ou superior a 6°C, e atingindo os valores do Critério 2, a activação do alerta amarelo será efectuada com dois dias de temperaturas observadas e dois dias de temperaturas previstas.

Em síntese:

Período	Temperatura Máximas por região	Aplicação
Maio - Junho	$\geq 32^{\circ}\text{C}$ e $< 35^{\circ}\text{C}$ (todas as regiões)	2 dias temperaturas observadas + 2 dias temperaturas previstas
Julho, Agosto e Setembro	$\geq 32^{\circ}\text{C}$ e $< 35^{\circ}\text{C}$ (excepto Alentejo) $\geq 35^{\circ}\text{C}$ e $< 38^{\circ}\text{C}$ (Alentejo)	

### CRITÉRIO 4 – Temperaturas mínimas

O alerta amarelo será activado se as temperaturas mínimas ultrapassarem as temperaturas de conforto (21°C – 23°C) não permitindo o arrefecimento nocturno do corpo humano, ou seja, ao fim de dois dias de temperaturas mínimas observadas e de dois dias com previsões de temperaturas mínimas iguais ou superiores a 24°C.

Período	Temperaturas Mínimas por região	Aplicação
Maio - Setembro	$\geq 24^{\circ}\text{C}$ e $< 26^{\circ}\text{C}$ (todas as regiões)	2 dias temperaturas observadas + 2 dias temperaturas previstas



## CRITÉRIO 5 – Incêndios

O alerta amarelo será activado após dois dias de temperaturas máximas observadas e previsão de dois dias em que se atinjam os valores de temperatura do critério 2, no caso de se verificar a ocorrência de um dia de propagação de incêndio com previsão da sua continuação para o dia seguinte e com os poluentes a serem transportados pelo vento para áreas densamente povoadas.

Em síntese:

Período	Temperatura Máximas por região	Aplicação
Maio - Junho	$\geq 32^{\circ}\text{C}$ e $< 35^{\circ}\text{C}$ (todas as regiões)	2 dias temperaturas observadas + 2 dias temperaturas previstas
Julho, Agosto e Setembro	$\geq 32^{\circ}\text{C}$ e $< 35^{\circ}\text{C}$ (excepto Alentejo)	
	$\geq 35^{\circ}\text{C}$ e $< 38^{\circ}\text{C}$ (Alentejo)	

## CRITÉRIO 6 – Outros factores

Devem, ainda, ser considerados outros factores como: excedências dos níveis de ozono, níveis de radiação ultra violeta, eventos locais, avisos meteorológicos e o Weather Stress Index (do Instituto de Meteorologia).

Propõem-se como **critérios de passagem de alerta amarelo para alerta vermelho** os seguintes:

## CRITÉRIO 1 – Índice Ícaro

Índice Ícaro superior a 1,55, traduzindo consequências graves esperadas sobre a saúde e a mortalidade.

Em síntese:

Critério	Significado		Aplicação
Índice Ícaro	$> 1,55$	Alerta de onda de calor com consequências graves esperadas sobre a saúde e a mortalidade	O maior valor de entre os três valores regionais (D-1; D; D+1)

## CRITÉRIO 2 – Temperaturas máximas

O alerta vermelho será activado ao fim de três dias de temperaturas máximas observadas e de dois dias com previsões de temperaturas iguais ou superiores a  $35^{\circ}\text{C}$ , para os meses de Maio e Junho.



Para os restantes meses, consideram-se três dias de temperaturas máximas observadas iguais ou superiores a 35°C e dois dias de temperaturas previstas superiores a 35°C para todas as regiões, excepto o Alentejo. Para o Alentejo, são considerados três dias de temperaturas máximas observadas e dois dias de temperaturas previstas iguais ou superiores a 38°C.

Em síntese:

Período	Temperaturas Máximas por região	Aplicação
Maio - Junho	$\geq 35^{\circ}\text{C}$ (todas as regiões)	3 dias temperaturas observadas + 2 dias temperaturas previstas
Julho, Agosto e Setembro	$\geq 35^{\circ}\text{C}$ (excepto Alentejo)	
	$\geq 38^{\circ}\text{C}$ (Alentejo)	

Em caso de falta de informação da temperatura máxima observada de um ou dois dias, limitando a aplicação deste critério, pode ser considerada a possibilidade da sua conjugação com o critério 4 (temperaturas mínimas).

### CRITÉRIO 3 - Subida brusca da temperatura igual ou superior a 6°C

Após uma subida brusca da temperatura máxima igual ou superior a 6°C, e atingindo os valores do Critério 2, a activação do alerta vermelho será efectuada com dois dias de temperaturas observadas e dois dias de temperaturas previstas.

Em síntese:

Período	Temperatura Máximas por região	Aplicação
Maio - Junho	$\geq 35^{\circ}\text{C}$ (todas as regiões)	2 dias temperaturas observadas + 2 dias temperaturas previstas
Julho, Agosto e Setembro	$\geq 35^{\circ}\text{C}$ (excepto Alentejo)	
	$\geq 38^{\circ}\text{C}$ (Alentejo)	

### CRITÉRIO 4 – Temperaturas mínimas

O alerta vermelho será activado se as temperaturas mínimas foram muito elevadas não permitindo o arrefecimento nocturno do corpo humano, ou seja, ao fim de dois dias de temperaturas mínimas observadas e de dois dias com previsões de temperaturas mínimas iguais ou superiores a 26°C.

Em síntese:

Período	Temperaturas Mínimas por região	Aplicação
Maio - Setembro	$\geq 26^{\circ}\text{C}$ (todas as regiões)	2 dias temperaturas observadas + 2 dias temperaturas previstas



## CRITÉRIO 5 – Incêndios

O alerta vermelho será activado após dois dias de temperaturas máximas observadas e previsão de dois dias em que se atinjam os valores de temperatura do critério 2, no caso de se verificar a ocorrência de um dia de propagação de incêndio com previsão da sua continuação para o dia seguinte e com os poluentes a serem transportados pelo vento para áreas densamente povoadas.

Em síntese:

Período	Temperatura Máximas por região	Aplicação
Maio - Junho	$\geq 35^{\circ}\text{C}$ (todas as regiões)	2 dias temperaturas observadas + 2 dias temperaturas previstas
Julho, Agosto e Setembro	$\geq 35^{\circ}\text{C}$ (excepto Alentejo)	
	$\geq 38^{\circ}\text{C}$ (Alentejo)	

## Critério 6 – Outros factores

Devem, ainda, ser considerados outros factores como: excedências dos níveis de ozono, níveis de radiação ultra violeta, eventos locais, avisos meteorológicos e o Weather Stress Index (do Instituto de Meteorologia).



## ANEXO II – NÍVEIS DE ALERTA E TIPO DE INTERVENÇÕES

Nível de alerta	Situação	Medidas / Intervenções
<b>Nível 1. Alerta Verde</b>	Temperaturas normais para a época do ano.	- Assegurar a manutenção das medidas gerais.
<b>Nível 2. Alerta Amarelo</b>	Temperaturas elevadas podem provocar efeitos na saúde.	- Divulgação da informação à população, às Entidades Competentes de Saúde e a outros sectores institucionais, incluindo a comunicação social; - Reforçar a capacidade de resposta das unidades prestadoras de cuidados de saúde.
<b>Nível 3. Alerta Vermelho</b>	Temperaturas muito elevadas podem trazer graves problemas para a saúde.	- Divulgação da informação à população, às Entidades Competentes de Saúde e a outros sectores institucionais, incluindo a comunicação social; - Promover o transporte para os locais de abrigo; - Assegurar o acompanhamento de grupos mais vulneráveis – idosos institucionalizados, crianças e pessoas a viverem isoladas; - Assegurar a capacidade de resposta das unidades prestadoras de cuidados de saúde.



---

## ANEXO III – CIRCULARES INFORMATIVAS

### **Recomendações sobre vestuário apropriado em períodos de temperaturas elevadas**

Circular Informativa n.º 21/DA, de 07/08/2008

### **Recomendações para creches e infantários**

Circular Informativa n.º 23/DA, de 08/08/2008

### **Recomendações para estabelecimentos de acolhimento de idosos**

Circular Informativa n.º 24/DA, de 08/08/2008

### **Recomendações para responsáveis pelo apoio a pessoas sem abrigo**

Circular Informativa n.º 25/DA, de 08/08/2008

### **Recomendações para trabalhadores**

Circular Informativa n.º 26/DA, de 08/08/2008

### **Recomendações para turistas**

Circular Informativa n.º 22/DA, de 08/08/2008

Circular Informativa n.º 28/DA, de 13/08/2008 (versão em inglês)

### **Recomendações para insuficientes renais**

Circular Informativa n.º 29/DA, de 18/08/2008

O conteúdo destas circulares pode ser consultado na área ‘Especial Verão’ do sítio da DGS ([www.dgs.pt](http://www.dgs.pt)).





## ANEXO IV - ATRIBUIÇÕES POR ORGANISMOS E SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Entidade	Atribuições
Administração Regional de Saúde/ Departamento de Saúde Pública	<ul style="list-style-type: none"><li>- Coordenação e desenvolvimento dos PCR;</li><li>- Articulação com as diversas entidades conforme as orientações do PCOC 2009;</li><li>- Definição dos níveis de alerta distritais diários;</li><li>- Assegurar o envio de informação de retorno à DGS através da UAASN;</li><li>- Identificação dos grupos mais vulneráveis;</li><li>- Identificação e caracterização dos locais de abrigo;</li><li>- Implementação das medidas de actuação por nível de alerta;</li><li>- Assegurar a resposta dos serviços de saúde.</li></ul>
Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas da Saúde	<ul style="list-style-type: none"><li>- Articulação com o INSA/DEP, para análise conjunta das estimativas de mortalidade;</li><li>- Elaboração do relatório final com base nos dados de mortalidade definitivos;</li><li>- Análise dos GDH.</li></ul>
Divisão de Saúde Ambiental	<ul style="list-style-type: none"><li>- A Divisão de Saúde Ambiental tem por função disponibilizar toda a informação necessária aos GTR para a avaliação diária do risco. Esta informação inclui: temperaturas observadas e previstas, Índice Ícaro, Excedências dos níveis de Ozono, níveis de radiação UV e outros elementos que se venham a revelar pertinentes;</li><li>- Elaboração do relatório final de avaliação da execução do PCOC;</li><li>- Elaboração de folhetos e cartazes com recomendações à população em geral;</li><li>- Actualização dos conteúdos do sítio <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>;</li><li>- Participação em projectos de investigação;</li><li>- Divulgação e gestão da informação dos endereços <a href="mailto:calor@dgs.pt">calor@dgs.pt</a> e <a href="mailto:pcoc2009@dgs.pt">pcoc2009@dgs.pt</a>.</li></ul>
Hospitais e Centros de Saúde	<ul style="list-style-type: none"><li>- Alimentação diária das bases de dados SINUS (CS) e SONHO (Hospitais);</li><li>- Articulação com as ARS/DSP para o desenvolvimento dos respectivos planos de contingência específicos;</li><li>- Assegurar o envio de informação de retorno às ARS/DSP.</li></ul>
Instituto Nacional de Emergência Médica	<ul style="list-style-type: none"><li>- Garantir a resposta adequada em situações de onda de calor, no transporte e apoio a grupos mais vulneráveis;</li><li>- Monitorização da procura dos serviços por CODU e por dia.</li></ul>
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge/ Departamento Epidemiologia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Previsão (a 3 dias) da ocorrência de mortalidade (Índice ÍCARO) associadas às ondas de calor (1 de Maio a 30 de Setembro);</li><li>- Produção de estimativas da mortalidade diária;</li><li>- Emissão do Boletim ÍCARO enviado directamente às entidades que participam no PCOC (1 de Maio a 30 de Setembro);</li><li>- Desenvolvimento de acções de investigação neste domínio.</li></ul>
Serviço Saúde 24	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prestação de esclarecimentos e informações aos profissionais de saúde sobre as ondas de calor e seus efeitos na saúde, locais de encaminhamento e níveis de alerta;</li><li>- Aconselhamento ao cidadão sobre as medidas mais adequadas a adoptar para evitar problemas de saúde relacionados com o calor e locais de encaminhamento;</li><li>- Articulação permanente com as ARS/DSP para referenciação de casos ou pedidos de esclarecimentos;</li><li>- Informação sobre os locais climatizados de utilização colectiva.</li></ul>





Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apoio às Autoridades de Saúde Regionais e acompanhamento em função da evidência do risco epidemiológico;</li><li>- Recepção de informação relativa a situações directamente relacionadas com o calor e casos de óbito, por parte das Autoridades de Saúde Regionais, e envio dessa informação à Divisão de Saúde Ambiental.</li></ul>
Unidade de Apoio às Emergências em Saúde Pública	<ul style="list-style-type: none"><li>- Elaboração diária e semanal de um relatório de Alertas de Saúde Pública, divulgando-o directamente às autoridades de saúde e às entidades competentes. O mesmo é acessível à população em geral através de janela própria no sítio da DGS;</li><li>- Gestão do Sistema de Monitorização da Procura dos Serviços de Urgência e internamento;</li><li>- Assegura os mecanismos necessários para a comunicação das medidas a serem adoptadas em situação de crise para a Saúde Pública;</li><li>- Assegura o funcionamento das necessárias plataformas de comunicação.</li></ul>